

Psicanálise, violências e o tempo: a construção coletiva de uma metodologia de trabalho

Helena Pillar Kessler^{a*} 
Ana Maria Gageiro^a 

^aUniversidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: O presente ensaio pretende discutir alguns caminhos para o trabalho de psicanalistas diante de situações de violência e de violações de direitos, na escuta de sujeitos que passam por experiências traumáticas. Para isso, apresenta a relação entre trauma e temporalidade, e discorre sobre os desafios transferenciais da escuta nessas condições. As reflexões propostas partem da experiência com o projeto Casa dos Cata-Ventos, uma estratégia de atenção à infância e à adolescência ancorada na ética psicanalítica. É apresentada uma discussão acerca do método de trabalho desenvolvido, o qual se propõe a operar com o tempo em sua rearticulação. Destaca-se que tais estratégias construídas possibilitam a criação de um tempo narrativo, em que se pode falar e historicizar o que se viveu e, assim, oferecer um contraponto à temporalidade do trauma.

Palavras-chave: psicanálise, infância, violência, tempo.

Introdução

Como pensar um fazer clínico que insista na potência da palavra, mesmo em situações em que a violência parece emudecer o que pode ser dito? Como propor um tempo para a palavra, que possa dar contornos à imediatez do traumático? Partindo dessas questões disparadoras, no presente ensaio, pretendemos discutir alguns caminhos para o trabalho de psicanalistas diante de situações de violência e de violações de direitos. Em especial, aqui destacamos as práticas que acontecem fora do consultório e do *setting* tradicional, que podem acontecer nos serviços de assistência social, nas escolas, na rua, nos serviços de saúde, ou ainda em outras modalidades de práticas norteadas pela ética psicanalítica.

No Brasil, nos últimos anos, diversos psicanalistas têm proposto discussões acerca dos efeitos subjetivos das violências urbana e de Estado, e acerca das possibilidades de escuta analítica nessas condições. Podemos citar as Clínicas do Testemunho, projeto do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, que se debruçou sobre a temática dos restos da ditadura civil-militar (1964-1985) e sobre a escuta clínica de sujeitos afetados pela violência de Estado deste período (Conte, 2014; Perrone & Moraes, 2014). Além disso, podemos nos remeter à produção teórica sobre trabalhos clínicos com pessoas que vivem na rua (Broide & Broide, 2015; Rosa, 2002), no acompanhamento às vítimas da violência policial (Endo, 2005), no atendimento aos imigrantes, migrantes e refugiados (Rosa, Berta, Alencar, &

Carignato, 2010) e com adolescentes em conflito com a lei (Guerra, 2017).

Para realizar essas discussões, tais autores têm levado em consideração as dimensões culturais, políticas e sociais das diversas formas de violências, bem como suas lógicas de reprodução. Conforme Miriam Debieux Rosa, Sandra Berta, Sandra Alencar e Taeco Carignato (2010) apontam, trata-se da prática psicanalítica com sujeitos que passam por experiências de trauma e de luto que são provocadas por situações sócio-políticas ou econômicas insustentáveis. Nesse sentido, aqui compreendemos que, quando se fala em *violência*, deve-se levar em conta o contexto brasileiro de desigualdade social, de racismo e de injustiça, assim como as heranças do nosso passado colonial e escravista, que ratificam e autorizam as violências (Endo, 2005). Trata-se de situações de desproteção e de desamparo social e discursivo, em que está em jogo certa exposição dos sujeitos ao traumático, o qual pode irromper também na relação transferencial.

No presente ensaio, pretendemos seguir desdobrando as especificidades da escuta de sujeitos expostos à violência urbana e à violação de direitos, aqui discutidas a partir de uma experiência de trabalho com crianças e adolescentes. Referimo-nos ao projeto Casa dos Cata-Ventos, existente desde 2011, que propõe um espaço e um tempo de convivência norteados pela ética da psicanálise, em um território da cidade marcado pela miséria, pela privação de direitos, pela ação do tráfico de drogas e pela repressão policial. Intencionamos abordar algumas dimensões da experiência subjetiva do tempo nesse trabalho, e apresentar uma discussão acerca do método de trabalho que foi desenvolvido como tentativa

*Endereço para correspondência: helenapessler@gmail.com



de dar conta das dificuldades transferenciais que emergem nesse tipo de prática.

Tal método se propõe a operar com o tempo em sua rearticulação. Assim, iniciaremos com uma breve exposição sobre a temática do trauma e a dimensão da temporalidade, para em seguida apresentar o projeto Casa dos Cata-Ventos e sua proposta de intervenção. Pretendemos trazer essa discussão teórica entrelaçada com a experiência clínica no atendimento às crianças que vivem em um contexto de violência.

A violência, o traumático e o tempo

Para Sigmund Freud, o tema da violência e da guerra teve grande relevância para suas proposições teóricas, e foi no contexto europeu pós-Primeira Guerra Mundial, ao observar os soldados que voltavam dos combates, que sua teoria do trauma teve importantes reformulações. No ensaio *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2010) sustenta que a irrupção do traumático estaria relacionada à desorganização subjetiva que é efeito da experimentação de algo excessivo, exterior ao sujeito, que “invade” e “inunda” o aparelho psíquico. O impacto dessa realidade exterior chegaria rápido demais e extrapolaria a “barreira protetora” criada pela angústia, o que impediria o psiquismo de organizar suas defesas. Com isso, esses estímulos ficariam sem uma ligação, permanecendo para além do que é possível representar. Nesse sentido, o trauma se refere a uma assimilação impossível para o sujeito. Mais do que o evento em si, está em questão a forma com que ele é processado pelo psiquismo.

Ao escutar os combatentes de guerra, Freud (1920/2010) observa o relato de reiterados sonhos, flashbacks e repetições em ato, os quais faziam com que esses sujeitos se vissem compelidos a reviver a cena traumática. Articulando o conceito de *trauma* ao de *repetição*, Freud (1914/1996) aponta que o retorno incessante à cena do trauma revelaria uma tentativa inconsciente de dar uma forma para o transbordamento. Essa *compulsão à repetição* seria uma forma de lidar retrospectivamente com o estímulo por meio do desenvolvimento da angústia (Freud, 1920/2010).

Jacques Lacan (1964/2008), por sua vez, relaciona o traumático com o registro do Real, com aquilo que não pode ser apreendido, que está para além da significação. Se, por um lado, refere-se a uma dimensão estruturante para o sujeito, por outro, também possui um caráter contingente. Nas situações em que há uma irrupção do Real, quando não há um discurso ou uma fantasia que permita um recobrimento desse sem-sentido, o sujeito se vê mais exposto ao traumático.

A partir dessas considerações, assim como Paulo Endo (2005) aponta, compreendemos que a violência que tem como alvo o corpo, comum no contexto urbano brasileiro, intimamente relacionada aos processos históricos de desigualdade social, ao ser cotidianamente repetida, banalizada e naturalizada,

pode ter efeitos traumáticos para os sujeitos expostos a ela. Testemunhar assassinatos, sobreviver à tortura, não poder fazer o luto pela morte de um familiar que é desqualificado socialmente, ver-se vulnerável ante a truculência policial: trata-se de situações que não são sem efeitos para aqueles que delas participam. Em tais situações, é frequente acontecer de o sujeito ficar preso a um “instante perpétuo”, encontrando como resposta possível “a repetição do silêncio, a perpetuação da angústia ou a suspensão dos processos subjetivos de luto” (Rosa et al, 2010, p. 16).

Nesse sentido, cabe situar que há, na questão do traumático, uma estreita relação com a experiência subjetiva do tempo. Por um lado, podemos nos remeter à dimensão temporal *Nachträglichkeit*, o só-depois, que se articula com a noção de trauma: é somente em um segundo tempo, com a incidência de uma segunda cena que retroage sobre a primeira, que o evento primeiro adquire seu caráter traumático (Freud, 1895/1996). Podemos dizer, assim, que é a partir do *depois* que o *antes* se faz.

Por outro lado, Freud (1917/1996; 1920/2010; 1939/1996), em diversos momentos, aponta que há uma *fixação* inconsciente ao momento do trauma, que se exprime por meio das repetidas tentativas de apreensão do que foi vivido. Para aqueles sujeitos que tiveram uma vivência de excesso, é como se não conseguissem dar um fim à situação vivida, “como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada” (Freud, 1917/1996, p. 283).

A partir dessa leitura, Cathy Caruth (1995; 2000) sustenta que, no trauma, a condição para o sujeito se situar frente ao acontecido está em atraso. Para a autora, a visão mais direta de um acontecimento pode fazer surgir no sujeito um absoluto entorpecimento a ele: o imediatismo de uma ocorrência pode, paradoxalmente, tomar a forma de um atraso em relação à compreensão do mesmo (Caruth, 2000). O evento, logo que ocorre, não é assimilado por completo, o que faz com que as repetições traumáticas se tornem tentativas tardias de apreensão (Caruth, 1995).

Nesse sentido, o trauma se refere, portanto, à ocorrência de um evento que, para o sujeito, chega cedo demais para que possa ser assimilado enquanto ocorre. A repetição posterior, em sua insistência e sua literalidade, faz o evento retornar, porém o faz apenas através do seu não-reconhecimento (Caruth, 2010). Assim, a marca do evento traumático estaria justamente em sua falta de registro, devido a esse descompasso temporal causado pela rapidez com que o estímulo chega e o tempo em atraso de sua compreensão. Dessa maneira, poderíamos dizer que o trauma carrega uma relação com o saber – ao qual o sujeito não tem acesso, mas que, paradoxalmente, permanece acompanhando-o de maneira enigmática, por meio das repetições traumáticas. Sem possuir esse saber sobre o acontecido, os sintomas, nesse sentido, poderiam ser compreendidos como sintomas da história, de uma história que é impossível de ser apreendida (Caruth, 1995).

Assim, percebe-se que, quando se fala em trauma, muito mais do que o acontecimento em si, está em questão também uma relação com o tempo e com a narrativa que é possível construir a partir disso, ou com as fantasias que podem ser construídas para recobrir esse Real. Tomamos essas proposições para pensar em algumas situações de violência que têm lugar na Casa dos Cata-Ventos entre as crianças, que, ao insistirem em se repetir, remetem-nos a uma referência ao traumático.

A Casa dos Cata-Ventos

Casa dos Cata-Ventos é como se chama uma estratégia de atenção à infância e à adolescência norteada pela ética da psicanálise existente desde 2011 em uma favela não muito afastada do centro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Neste lugar, é oferecido um espaço de convivência para as crianças, os adolescentes e seus cuidadores que vivem em um território em que a violência e a miséria têm lugar de destaque nas relações que ali se estabelecem. É um lugar que acolhe a vida comum, com profissionais que recebem quem chega, dispostos a falar e brincar com os frequentadores sobre o que lhes interessa e lhes faz questão.

Inicialmente inspirada na Maison Verte, criada pela psicanalista Françoise Dolto (2005), e no projeto Casa da Árvore, no Rio de Janeiro (Milman & Bezerra, 2008), a Casa dos Cata-Ventos hoje é um grande projeto guarda-chuva, que abriga algumas iniciativas que têm em comum o mesmo eixo norteador da psicanálise. A iniciativa oferece tempos de convivência e brincadeiras para crianças de até 12 anos e seus cuidadores, oficinas de contação de histórias e de capoeira, além de um momento reservado aos adolescentes. É um espaço de formação, composto por uma equipe constituída por psicanalistas, psicólogos, professoras universitárias, estudantes de psicologia e residentes em saúde mental e coletiva.

Trata-se da oferta de um tempo em que crianças que vivem nessa comunidade possam brincar livremente, compreendendo o brincar em sua dimensão simbólica e que possibilite a construção de ficções, de versões próprias do mundo que as rodeiam. As crianças levam para a Casa dos Cata-Ventos tudo aquilo que lhes faz questão; a função dos adultos que as recebem é a de envolver esse brincar por palavras, cuidado e acolhimento. O brincar, desse modo, não é dirigido, ele simplesmente acontece. Orientamo-nos pela proposição de Dolto (2005) sobre uma ética da “*parler vrai*”, que indica a importância de poder dirigir às crianças uma fala ou palavra verdadeira. Dolto apontava para a necessidade de se poder falar verdadeiramente com a criança, tomando-a como sujeito e dispondo-se a falar abertamente com ela, nomeando o que lhe diz respeito. Com base nesse entendimento, na Casa dos Cata-Ventos, não falamos *de* crianças, falamos *com* crianças.

As questões que as crianças trazem para este espaço onde podem conversar e brincar livremente muitas vezes estão relacionadas com as violências diversas a que

estão expostas. A Casa dos Cata-Ventos está situada em um território que, embora seja próximo ao centro da cidade, é marcado pela precariedade nas moradias e na urbanização, no saneamento, no acesso dos moradores às políticas públicas e à cidadania. Seus moradores vivem em condições de pobreza e miséria, trabalhando principalmente na coleta de materiais recicláveis com carroças ou carrinhos. Além da violência da desigualdade social, as crianças que frequentam a Casa dos Cata-Ventos também testemunham a violência da lei do tráfico de drogas e a violência policial.

Assim, é frequente acontecerem brincadeiras como as dos irmãos que, junto à mãe, haviam se mudado para a comunidade, fugindo de um pai violento, e que na Casa dos Cata-Ventos passavam as tardes brincando de fazer mudanças de casa, uma após a outra. Ou ainda das meninas que convidavam integrantes da equipe para a brincadeira de madames mandonas e empregadas – as crianças como as madames, e as integrantes da equipe como as empregadas – evidenciando a desigualdade social colocada na relação transferencial.

Compreendemos o brincar como possibilidade de construção de versões para o vivido. Freud (1920/2010), na célebre proposição acerca do jogo do *fort/da*, descreve a cena em que um menino, ao brincar com o carretel, re-encena a partida e o desaparecimento da mãe, construindo uma possibilidade de simbolização da ausência. Desse modo, entendemos que, por meio do brincar, a criança se permite possuir o controle sobre o que vive em uma condição de objeto, provocando, assim, uma torção e se tornando sujeito ativo dessa situação. Além disso, conforme Ricardo Rodolfo (1990) sustenta, a construção de uma simbolização para a ausência permite também à criança o surgimento da noção de descontinuidade. Isso viabiliza a emergência da alternância, da escansão entre o aqui e o lá e o antes e o depois – relacionando o brincar com a possibilidade de criação de tempo.

As crianças que frequentam a Casa dos Cata-Ventos encontram ali um espaço onde, ao brincar, podem fabricar narrativas para esse vivido, além de criar um tempo em que é possível falar e elaborar as situações que vivenciam. Esse dispositivo de trabalho com a infância permite, assim, que se abram frestas no tempo; por meio do brincar, a criança consegue como que distender o tempo, em direção à construção de um tempo que é narrativo. A intervenção clínica da Casa dos Cata-Ventos se dá, portanto, por meio do adulto que acolhe, legitima, nomeia e, assim, auxilia na construção de significações para o que a criança experimenta.

No entanto, especialmente nos momentos em que há alguma intensificação dos conflitos na favela e o consequente aumento da violência experimentada cotidianamente, não é raro apresentarem-se na Casa dos Cata-Ventos situações protagonizadas pelas crianças que parecem exceder o brincar. Nessas ocasiões, suas bordas ficcionais parecem ser ultrapassadas, resultando em

um transbordamento em violência e destruição – contra as outras crianças, contra a Casa, contra a equipe de trabalhadores. Podemos citar como exemplo as comuns brincadeiras nomeadas como “polícia e ladrão”, em que as crianças encenam quase literalmente episódios de tortura, com “policiais” golpeando raivosos e “ladrões” apanhando passivamente, deixando um rastro de destruição, na forma de brinquedos quebrados, cadeiras viradas, materiais jogados. Em situações como essas, as palavras empregadas pela equipe – seja para significar, seja para mediar, ou mesmo seja para impedir que as crianças se machuquem ou se coloquem em risco – parecem não ter efeito. Da mesma forma, é comum que as intervenções e tentativas de acolhimento por meio da brincadeira não pareçam ressoar para as crianças. Isso nos faz pensar que, diante da violência, em situações em que o traumático se presentifica, estaria em jogo um certo achatamento das possibilidades de fantasiar.

Nessas ocasiões, não é raro os trabalhadores da Casa dos Cata-Ventos verem-se em uma posição semelhante à das crianças que assistem, passivas, à violência que adultos promovem em alguns lugares do território onde vivem. Os trabalhadores, de certa maneira, também se veem tomados em uma posição passiva e, transferencialmente, veem-se sob o risco de serem capturados por esse circuito de violência. Ou, conforme Caruth (1995) propõe, veem-se sob o risco do “contágio” do trauma, uma vez que essa escuta pressupõe a tentativa de narração de algo impossível, antes que tenha sido dominado com o conhecimento.

Ao mesmo tempo, em situações como essas, percebemos a existência de um risco de não se conseguir escutar algo para além da violência ou de se ficar unicamente sob o peso da situação social que se expõe, conforme Rosa (2002) aponta ao abordar as condições da escuta psicanalítica com sujeitos expostos a um desamparo social e discursivo. Tal risco, efeito da transferência em que se está enlaçado, pode levar inclusive a uma redução do sujeito ao lugar de vítima, dificultando seu reconhecimento como um sujeito desejante (Rosa, 2002). A escuta fica presa à repetição de uma mesma interpretação dos significantes que se apresentam.

Além disso, entendemos que, em contextos como o que a Casa dos Cata-Ventos se insere, à primeira vista, tudo o que parece estar em ausência (de direitos, de acesso à cidadania) pode, paradoxalmente, ser tomado como excesso por aqueles que se dispõem ao acolhimento de pessoas que vivem nessas situações. Há também o risco dessa primeira visão ficar impregnada, de modo que, quem escuta pode se ver tomado pela urgência e pelo tanto que há para fazer, ou pelo desânimo do confronto com a impotência.

Tais situações colocam em cena impasses transferenciais à equipe da Casa dos Cata-Ventos: como se posicionar transferencialmente de modo a fazer frente à urgência que por vezes se apresenta e que impede de escutar o que o sujeito enuncia? Como se propor a garantir

a presença de uma palavra verdadeira quando as palavras de que se dispõem parecem ser insuficientes para dar conta das intensidades do vivido? Como oferecer um espaço e um tempo em que se possa brincar, narrar e produzir significações para isso que por vezes é excessivo?

Como efeito dessas perguntas que recorrentemente se colocam, a equipe da Casa dos Cata-Ventos tentou construir estratégias para desenvolver a intervenção. A partir disso, parece-nos relevante trazer algumas considerações sobre o método de trabalho adotado, o qual, operando com diferentes tempos e utilizando-se da escrita, tenta dar conta das intensidades presentes na intervenção. Entendemos que a fabricação desse método busca criar condições para seguir escutando mesmo diante do que parece excessivo, e que as saídas construídas passam pela possibilidade de distender o tempo.

O tempo como instrumento de trabalho

Conforme dito anteriormente, o projeto Casa dos Cata-Ventos é composto por um grupo de profissionais e tem a permanente costura, entre a equipe, do que acontece no encontro de seus trabalhadores com as crianças que vivem no território. É composto por diferentes atores, em diferentes tempos: cada profissional participa de apenas um turno de atividades por semana na Casa dos Cata-Ventos, e há uma reunião de equipe semanal, onde todos se encontram para a discussão e partilha das questões.

Assim, podemos falar que há o tempo que acontece nas atividades que o projeto oferece, quando as crianças e adolescentes chegam interessados pela oferta de “um lugar para brincar, contar histórias e conversar”; momento de encontro e de escuta, tempo da intervenção em si no território. Logo após, a equipe de quatro ou cinco pessoas que recebeu as crianças em cada turno se reúne para discutir o que se passou nas horas anteriores, debatendo as intervenções, trocando impressões e recolhendo os efeitos do que se passou. Posteriormente, há um trabalho de escrita sobre cada turno de trabalho, na forma de um relato a ser endereçado ao grande grupo via e-mail, com o compartilhamento narrativo de acontecimentos, impressões, intervenções, afetos, surpresas e tudo aquilo que for importante transmitir ao grupo que estará no turno seguinte. Um dos integrantes da pequena equipe de cada turno fica incumbido de enviar o relato.

A reunião semanal da equipe de trabalhadores do projeto corresponde a um tempo de discussão em que, com a leitura prévia dos relatos, são estabelecidas relações quanto aos acontecimentos, encadeando pontos de cada turno de trabalho. Todos os presentes discutem a intervenção da Casa dos Cata-Ventos a partir da leitura e das escritas enviadas na semana, e o trabalho realizado é debatido, com discussões de casos e planejamento de intervenções. Há também uma escrita desse momento na forma de ata, com registro de encaminhamentos e posterior compartilhamento da escrita via e-mail.

Nesse método de trabalho, há um encadeamento entre narração e escrita, que operam com os diferentes tempos da intervenção. Dessa maneira, as discussões clínicas e as construções de casos podem se dar entre todos do grupo de profissionais que compõem a equipe. Compreendemos que, mais do que um tempo cronológico, com o encadeamento linear de etapas que se sucedem, está em jogo também a experiência subjetiva do tempo. A organização deste trabalho na forma de diferentes etapas – em que se opera com alternância da presença e da ausência no território, com tempos de discussão e tempos de espera e com momentos de fala e de escrita – supõe também o entendimento de que a experiência com o tempo tem efeitos na intervenção clínica.

Nos turnos de brincadeiras e demais atividades na Casa dos Cata-Ventos, é comum perceber uma temporalidade própria: uma brincadeira que se inicia em um turno terá continuidade no dia seguinte, com crianças e trabalhadores diferentes; algo que se começa em um dia se estende por vários outros, desenvolvendo-se e desdobrando-se. Forma-se, assim, um encadeamento temporal entre os turnos de atividades, que diz dessa temporalidade própria.

Do mesmo modo, nas ocasiões em que acontece de se perder a possibilidade de brincar, ou nas situações em que as palavras, gestos e intervenções parecem não encontrar um lugar para intermediar conflitos ou outras circunstâncias graves que surgem, precipita-se a conclusão do turno de trabalho. Em ato, interrompe-se a atividade, à medida que esta só se concebe quando está permeada por brincadeiras e por palavras. Uma interrupção que, todavia, é momentânea: para crianças e adultos, há a certeza de que, no próximo dia, a Casa dos Cata-Ventos estará novamente aberta, quando será, então, possível iniciar um outro turno de brincadeiras. Uma interrupção da repetição, incidindo na temporalidade traumática, com o acolhimento e com a garantia de que, no dia seguinte, será possível brincar e falar sobre isso. Nessas situações, a intervenção clínica passa por poder estabelecer uma descontinuidade, uma escansão temporal, como forma de garantir a presença da palavra como mediador simbólico, o que acaba por fornecer contornos para o que vinha como ação. Em ato, produz-se um corte, a partir de onde os sujeitos podem se ressituar. Esse ato costuma produzir efeitos apaziguadores nas crianças, que, no dia seguinte, retornam, podendo falar ou brincar sobre o que aconteceu, situando-se de uma outra maneira.

Tal intervenção é feita a partir do entendimento de que o sujeito é efeito de uma experiência com o tempo, o qual se apresenta também em uma instância lógica – e não apenas cronológica. A esse respeito, parece-nos propício retomar as proposições de Lacan (1945/1998) acerca do tempo lógico, que oferecem importantes apontamentos para a clínica psicanalítica. Embora não se trate de uma experiência clínica no *setting* tradicional do consultório, entendemos que as considerações de Lacan sobre esse tema podem auxiliar a pensar as questões da

transferência e da técnica no trabalho clínico que se faz na Casa dos Cata-Ventos.

No ensaio *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada*, Lacan (1945/1998) apresenta o sofisma dos três prisioneiros, no qual o diretor de um presídio libertaria aquele que solucionasse primeiro um problema lógico: de cinco discos (dois pretos e três brancos), um deles seria afixado nas costas de cada um dos três prisioneiros; sem poder ter a visão de suas costas, tampouco poder falar ou perguntar algo aos companheiros, o prisioneiro a ser libertado seria aquele que primeiro conseguisse descobrir qual a cor do seu disco. Aquele que primeiro chegasse à conclusão precisaria imediatamente informar a dedução do desafio, saindo da sala em que estão. O leitor do ensaio é convocado a se colocar na posição de um prisioneiro para acompanhar o desenvolvimento de Lacan (1945/1998) da solução para o sofisma. A solução seria:

“Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: ‘se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.’ E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão.” (Lacan, 1945/1998, p. 198)

Assim, os três prisioneiros saíam juntos, ao mesmo tempo, seguros de suas mesmas razões para concluir o enigma. Conforme Lacan (1945/1998) sustenta, há aí um problema de lógica, e não apenas de probabilidade, em que cada um dos prisioneiros precisaria descobrir a cor do disco em suas costas apenas observando o dos outros companheiros. Ao mesmo tempo, essa dedução só seria possível apoiada também na observação da reação esboçada por cada um deles quando viu a cor dos demais. Aponta-se, com isso, uma estrutura temporal do processo lógico: ao não ver algo, os três sujeitos estabelecem um tempo de parada. As três combinações de cores possíveis (dois pretos e um branco, um preto e dois brancos, ou três brancos) passam, assim, a ser três tempos de possibilidade. Cada um dos tempos de parada constitui então tempos de dúvida do sujeito, apresentando-se como o desenrolar subjetivo de uma instância do tempo.

Assim, conforme Lacan (1945/1998) propõe, revelam-se no sofisma três momentos da evidência, e a instância do tempo se apresenta de um modo diferente em cada um desses momentos. A primeira fase do movimento lógico corresponde ao *instante do olhar*, que se apresenta como o tempo de um código que se impõe e se deduz em si mesmo, sem a necessidade de um intérprete – “diante de dois pretos, é-se branco”. O segundo tempo, o *tempo para compreender*, corresponde a uma intuição em que o sujeito busca algo mais, além daquilo que se apresenta para ele. Trata-se de

um tempo da hesitação e do raciocínio, de se colocar no ponto de vista do outro para tentar supor a forma como cada um reagiria de acordo com o que vê – “se eu fosse preto, os dois brancos que eu vejo não demorariam em se reconhecer como brancos e sairiam em seguida”. Por fim, o *momento de concluir*, que se apresenta na urgência, manifestando-se por um ato, em que o sujeito precipita o seu juízo e a sua saída, ao se apressar em se afirmar como branco, para que os outros dois brancos não se reconheçam como tal, precedendo-o. Nesse momento final, o sujeito se antecipa à sua certeza, para conquistar a sua liberdade.

É importante ressaltar que o juízo que conclui o sofisma só pode ser portado pelo sujeito que formulou a asserção sobre si, não podendo lhe ser atribuído por nenhum outro. Está em jogo aí também a dimensão da alteridade: cada um dos sujeitos é um *outro* para os demais, de modo que um só se reconhece no outro, e só consegue descobrir algo de si a partir do tempo do outro – o qual, por sua vez, é equivalente ao seu. Ou seja, o tempo do outro é o que permite que o sujeito chegue à conclusão sobre si. Está colocada aí uma relação de reciprocidade.

É apontada então uma temporalidade que se refere à experiência psicanalítica e também à noção lógica de coletividade. Coletividade esta que Lacan (1945/1998, p. 212) define como “um grupo formado pelas relações recíprocas de um número definido de indivíduos” – diferente da ideia de generalidade, que seria uma classe que abrange abstratamente um número indefinido de indivíduos. Trata-se, portanto, da relação lógica estabelecida entre as identificações coletivas, em que uns dependem dos outros e em que um *eu* se produz na relação com os outros, de modo que seja só nesse espelhamento com o outro que seja possível organizar a cultura.

Retornando ao trabalho da Casa dos Cata-Ventos, podemos pensar que este acontece como uma tessitura composta pelos diversos atores e pelos diferentes tempos. Nesse movimento, faz-se uma temporalidade própria, em que um jogo temporal se presentifica constantemente. Na medida em que uma conclusão se faz sempre com os outros, é só pela via dos outros que se pode ter alguma certeza de si mesmo. Essa relação eu-outro que se experimenta através do tempo vai permear todo o desenvolvimento dessa proposta de intervenção – seja no trabalho clínico com as crianças e adolescentes, seja nas construções da equipe.

O instante que fascina, a necessidade da duração

Ao se referir ao instante do olhar, o primeiro tempo proposto por Lacan (1945/1998), Ana Costa (1998) destaca, nessa modulação do tempo, a presença de uma imagem como aquilo que captura e que aliena. Assim, descreve este como um tempo da fascinação, do instantâneo, de algo como um instante fotográfico, em que algo se realiza em uma imagem.

Nesse sentido que a autora propõe, simultaneamente, o instante diz respeito também à efemeridade, uma vez que, desde o início, já anuncia uma passagem, uma não permanência. Estaria em jogo aí um paradoxo – próprio ao instante e à produção da imagem – ao se apresentar como eterno (pela fascinação) e como finito (pelo intervalo). Se, por um lado, a imagem carrega uma promessa de não-intervalo e de não descontinuidade, por outro, traz consigo também o engano da aparência e o fracasso da plenitude (Costa, 1998).

No instante, haveria então essa ambiguidade: ser, ao mesmo tempo, eterno e finito. Algo como um “eterno hoje”, nas palavras da autora (Costa, 1998, 49). O instante produz e realiza algo instantaneamente, mas, ao mesmo tempo, implica a imposição de um intervalo, de um fim.

Dando continuidade, Costa (1998) propõe que o momento lógico seguinte, o tempo para compreender, por sua vez, possa ser pensado como um tempo de ruptura que quebra a estrutura formada no instante do olhar, funcionando como um tempo da organização do lugar do “eu” que vai emergir posteriormente. Para se chegar à conclusão (a partir do que, na verdade, não se sabe), será necessário que o sujeito passe por esse tempo intermediário em que acontece uma relação de reciprocidade. Nesse sentido, diferente do primeiro e do terceiro tempo que são instantâneos, o segundo tempo, no dizer de Lacan (1945/1998), “supõe a *duração* de um tempo de meditação” (p. 205, grifo nosso).

A respeito dessa duração, Maria Rita Kehl (2009) aponta que, embora Lacan não a quantifique, fica evidente que ela precede a certeza do sujeito sobre si mesmo do momento de concluir (no sofisma dos prisioneiros, a certeza sobre a cor do seu disco). O sujeito só poderá alcançar essa certeza ao se relacionar subjetivamente, em reciprocidade, com as reações dos outros e refletir sobre elas.

O tempo para compreender é, conforme Erik Porge (1998) aponta, um tempo do sujeito recíproco. Os sujeitos são outros uns para os outros, e, nesse momento, faz-se necessário que cada um deles se coloque no ponto de vista do que o outro pensa; o que cada um deles vai fazer vai depender do que for possível decifrar da temporalidade do outro. Trata-se, portanto, de um tempo compartilhado, e tal relação implica esse tempo de demora, essa duração.

Ressaltamos que aqui se trata de uma duração subjetiva, que independe do que é medido pelo tempo cronológico, medido pelos relógios. É a partir disso que poderá surgir uma certa independência do que o outro sabe sobre ele, desprendendo-se então do registro da identificação com os outros, para dar lugar à afirmação sobre si, ainda que apressada, ainda que antecipada.

Nesse sentido, Kehl (2009) destaca a diferenciação necessária que deve ser feita entre o tempo da certeza antecipada e o tempo da pura pressa. A autora se utiliza desses enunciados para se referir ao modo como percebe a experiência de tempo na contemporaneidade: vivida através da velocidade e da pressa, com sensações

fugazes e percepções e decisões imediatas; como se a temporalidade estivesse sendo vivida como uma sucessão de instantes que logo dirigem impulsos à ação, sem que, contudo, possam ser sustentados pelo saber que emerge de uma experiência prévia de duração – como se, do instante do olhar, fosse realizada uma passagem logo para um momento de concluir. Segundo Kehl (2009), ocorre algo como uma compressão do tempo para compreender – o que, para o sujeito, não é sem consequências, uma vez que é somente a partir desse tempo para compreender, na relação com o outro, que o sujeito do desejo pode advir como sujeito de um saber sobre si mesmo.

Tais considerações nos parecem interessantes para pensar aquilo que, no trabalho da Casa dos Cata-Ventos, por parte dos trabalhadores, muitas vezes se apresenta como imagem que fascina, e o que pode ser desdobrado dela. Um trabalho realizado em condições transferências importantes, em que estão colocadas relações complexas de desigualdade social, pode fazer impregnar a visão da miséria e do que se apresenta como violento. Situações que muitas vezes paralisam pela imagem e que, ao mesmo tempo, transferencialmente, se apresentam na urgência, de modo que aqueles que escutam se sintam convocados a dar uma resposta também urgente. A fome, a violência, o acesso aos direitos humanos não podem esperar. Entretanto, ao se deixar capturar por essa imagem que fascina e que, ao mesmo tempo, impele à ação, corre-se o risco de se ensurdecer à escuta do sujeito e do que ele enuncia acerca das situações que se apresentam. Nesse sentido, no trabalho em contextos de violência e de privação de direitos, entendemos que não é difícil escorregar para a procura por uma ação direta e urgente a uma situação que se apresenta de modo abrupto, quase como em uma tentativa de tamponar, por parte de quem escuta, algo que é insuportável de escutar.

Partindo disso, poderíamos sugerir que o método de trabalho que foi construído pela equipe da Casa dos Cata-Ventos cria uma tentativa de fazer frente a isso que se apresenta como uma urgência do agir, buscando priorizar um tempo que permita escutar o que o sujeito enuncia. Diante do excesso e da angústia, do que muitas vezes se é chamado a concluir achatando o tempo para compreender, essa forma encontrada para desenvolver o trabalho procura insistir no tempo para compreender diante da urgência de agir. Tem-se assim situado um lugar para essa modulação lógica do tempo como parte do dispositivo. Procura-se, dessa maneira, algo como uma distensão do tempo, uma tentativa de sustentação de um tempo para o *ainda não saber*, de modo que vão ser as diferentes etapas que compõem a intervenção que vão dando forma para o que se viveu e se escutou. Como exemplo, poderíamos nos remeter a situações em que essa relação com o saber aparece nas próprias reuniões semanais de equipe. Não é raro que, na duração cronológica de uma reunião, aconteça de não se esgotar determinado assunto, sem que se chegue a uma conclusão satisfatória. Nessas situações, destacamos essa pauta para

que ela seja novamente discutida em reunião ou até que a questão se esgote.

Do mesmo modo, a insistência na circulação da palavra entre a equipe de trabalhadores – pela narrativa escrita dos turnos de trabalho e pelos espaços semanais de reuniões de discussão de casos – parece produzir a mesma insistência na palavra que se busca na intervenção com as crianças e os adolescentes. No ato de fala e no ato de escrita, ambos endereçados a um outro, e tecidos em um tempo distendido, é possível tramar novos sentidos para aquilo que foi vivido.

Assim como Freud (1920/2010) sugere acerca do brincar, escrever, em um tempo posterior, acerca do que se passou anteriormente cria condições para que os trabalhadores possam fazer a passagem do que se vive algumas vezes de modo passivo para uma posição ativa – relacionar-se com o vivido de modo a apreendê-lo, para então transmiti-lo aos outros; assumir uma posição ativa naquilo que por vezes captura na transferência.

Através da escrita, estaria em jogo então, por parte dos trabalhadores, a possibilidade de construir uma versão própria da transferência na qual estão enlaçados, criando condições para que se possa sair do circuito da violência, que pode ter efeitos traumáticos também para quem escuta. Diante da convocação de que se escreva sobre o que se passou em cada turno de trabalho em vistas a uma transmissão àqueles que não estiveram presentes, propõe-se o esforço de narrativizar e historicizar o que, algumas vezes, parece ser só intensidade indizível, compreendendo que algumas significações virão em um tempo só-depois.

Se isso tem efeitos para os trabalhadores, entendemos que tem efeito também no outro polo da relação transferencial, por meio da abertura de novas possibilidades narrativas no encontro com as crianças no território. Ao se situarem em uma posição que permite essa abertura, trabalhadores situam-se também em uma posição de escuta que favorece o reconhecimento e o acolhimento daquilo que vem na forma de repetição traumática, podendo ressoar também a construção de novas narrativas simbólicas do lado das crianças. Ao mesmo tempo, por parte dos trabalhadores, no compartilhamento da experiência que se faz no coletivo, é possível dar conta da intensidade daquilo que permanece indizível e inapreensível e que é testemunhado na transferência.

Considerações finais

A partir das discussões sobre o trabalho realizado na Casa dos Cata-Ventos, pretendemos sublinhar a relevância de se recuperar diferentes proposições sobre a temporalidade tal como são tomadas na clínica em seus *settings* tradicionais, expandindo-as para o trabalho clínico que acontece nos outros espaços da cidade onde o psicanalista também intervém. Tal discussão se mostra relevante para pensar a intervenção na temporalidade totalizante do traumático, efeito comum em contextos de violência e de privação de direitos.

Diante de um tempo que se apresenta acelerado – o qual é próprio à contemporaneidade, mas que também se refere aos desafios de uma escuta – entendemos que, na Casa dos Cata-Ventos, é oferecida às crianças e aos adultos a possibilidade de uma distensão do tempo, a qual se faz tanto através do brincar, quanto através da escrita e do compartilhamento da discussão, ambos produzidos em transferência. Compreendemos, assim, que, uma vez que a transferência é o campo onde quem escuta e quem fala se encontram implicados naquilo que é possível dizer, a criação de tempo tem seus efeitos tanto para os sujeitos que buscam as atividades ofertadas, quanto para os profissionais que os recebem.

Encerramos com uma cena que é um desdobramento da brincadeira de polícia e ladrão relatada anteriormente. Após muito repetir no pátio da Casa dos Cata-Ventos a brincadeira em que as crianças reproduziam uma tortura sem que parecesse haver deslocamentos nessa repetição, uma colega, fazendo de conta que tinha um microfone nas mãos, pôs-se a entrevistar um dos meninos que apanhavam da polícia: “O que está acontecendo? Você quer dar uma entrevista para o nosso programa de televisão?”. Tal intervenção, na referência aos programas jornalísticos

policialescos que, com forte apelo, noticiam crimes, provocou riso nas crianças. A brincadeira de tortura se desdobrou em uma brincadeira de entrevistas, em que foi possível construir narrativas para a truculência dos policiais e para os abusos que ocorriam, com tortura, “enxerto” de drogas e invasões em residências.

As discussões aqui trazidas sobre o tempo da intervenção dizem de uma posição de escuta frente ao traumático. Entendemos que intervir através do manejo do tempo pode produzir deslocamentos que auxiliem a contornar o traumático, que faz prender o sujeito nesse instante eterno e urgente que impede a fantasia. Percebemos que apostar no brincar e na potência da palavra produz aí uma diferença, ao permitir que, coletivamente, construa-se uma temporalidade historicizante. Poder narrar uma história, separando o *antes*, o *agora* e o *depois*, pode se apresentar como uma maneira de intervir na temporalidade do traumático, na medida em que permite uma historicização do vivido. Com isso, é favorecida a construção de fantasias que auxiliem em um recobrimento possível para o Real, tanto para as crianças que frequentam a Casa dos Cata-Ventos, quanto para os adultos que as escutam.

Psychoanalysis, violence and time: the collective construction of a work methodology

Abstract: This essay discusses possible paths to the work of psychoanalysts in situations of violence and rights violations, in listening to individuals who undergo traumatic experiences. For this purpose, it presents the relationship between trauma and temporality, discussing the transferential challenges of listening under such conditions. The proposed reflections are based on the experience with Casa dos Cata-Ventos, a strategy for the care of children and adolescents anchored in psychoanalytic ethics. It discusses the work methodology developed, which proposes to operate with time in its rearticulation. Such strategies allow the creation of a narrative time, in which one can speak and historicize what was lived and, thus, offer a counterpoint to the temporality of trauma.

Keywords: psychoanalysis, childhood, violence, time.

Psychanalyse, violence et temps : la construction collective d'une méthodologie de travail

Résumé : Cet essai discute de voies possibles pour le travail des psychanalystes dans des situations de violence et de violation des droits, dans l'écoute des individus qui subissent des expériences traumatiques. À cette fin, il présente la relation entre le traumatisme et la temporalité, en discutant les défis transférentiels de l'écoute dans de telles conditions. Les réflexions proposées se fondent sur l'expérience du projet Casa dos Cata-Ventos, une stratégie de soin des enfants et des adolescents ancrés dans l'éthique psychanalytique. Il aborde la méthodologie de travail développée, qui propose d'opérer avec le temps dans sa réarticulation. De telles stratégies construites permettent la création d'un temps narratif, dans lequel on peut parler et historiser ce qui a été vécu et, ainsi, offrir un contrepoint à la temporalité du traumatisme.

Mots-clés : psychanalyse, enfance, violence, temps.

Psicoanálisis, violencias y tiempo: la construcción colectiva de una metodología de trabajo

Resumen: El presente ensayo pretende discutir algunos caminos para el trabajo de psicoanalistas ante situaciones de violencia y de violaciones de derechos, en la escucha de sujetos que pasan por experiencias traumáticas. Para esto, presenta la relación entre trauma y temporalidad y discurre acerca de los desafíos transferenciales de la escucha en esas condiciones. Las reflexiones propuestas parten de la experiencia con el proyecto Casa dos Cata-Ventos, una estrategia de atención a la infancia y a la

adolescência anclada en la ética psicoanalítica. Se presenta una discusión sobre el método de trabajo desarrollado, el cual se propone a operar con el tiempo en su rearticulación. Se resalta que dichas estrategias construidas permiten la creación de un tiempo narrativo, en el que se puede hablar e historizar lo que se vivió y, así, ofrecer un contrapunto a la temporalidad del trauma.

Palabras clave: psicoanálisis, infancia, violencia, tiempo.

Referências

- Broide, J., & Broide, E. E. (2015). *A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções*. São Paulo, SP: Escuta.
- Caruth, C. (1995). Introduction. In C. Caruth (Org.), *Trauma: Explorations in memory* (pp. 3-12). Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Caruth, C. (2000). Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). In A. Nestrovski, & M. Seligmann-Silva (Orgs.), *Catástrofe e representação: Ensaios* (pp. 111-136). São Paulo, SP: Escuta.
- Caruth, C. (2010). As pegadas impressas da psicanálise. In S. S. Scotti, R. D. B. L. Bergamaschi, B. Guimarães, R. F. S. V. Vargas, R. A. Stobbe, & A. Costa (Orgs.), *Escrita e Psicanálise II* (pp. 75-91). Curitiba, PR: CRV.
- Conte, B. S. (2014). Apresentação. In Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Org.), *Clínicas do Testemunho: Reparação psíquica e construção de memória* (pp. 23-27). Porto Alegre, RS: Criação Humana.
- Costa, A. M. M. (1998). *A ficção do si mesmo: Interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Dolto, F. (2005). *A causa das crianças*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- Endo, P. C. (2005). *A violência no coração da cidade: Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Escuta.
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 1, pp. 333-454). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1996). Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 12, pp. 159-171). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). Conferência XVIII: Fixação em traumas – o inconsciente. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 16, pp. 281-292). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (1996). Moisés e o Monoteísmo: Três ensaios. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 13-150). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1939 [1934-38])
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In *Obras completas de Sigmund Freud* (P. C. L. Souza, Trad., Vol. 14, pp. 161-239). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Guerra, A. (2017). Educar para a cidadania: Nas fronteiras da socioeducação. *Currículo sem Fronteiras*, 17(2), 260-274. Recuperado de <https://bit.ly/3bDo0aO>
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: A atualidade das depressões*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 197-213). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1945)
- Lacan, J. (2008). *Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Milman, L., & Bezerra Jr., B. (2008). *A Casa da Árvore: Uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Perrone, C., & Moraes, E. G. (2014). Do trauma ao testemunho: Caminho possível de subjetivação. In Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Org.), *Clínicas do Testemunho: Reparação psíquica e construção de memórias* (pp. 31-46). Porto Alegre, RS: Criação Humana.
- Porge, E. (1998). *Psicanálise e tempo: O tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Rodulfo, R. (1990). *O brincar e o signifiante: Um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista Textura*, 2(2), 1-13.
- Rosa, M. D., Berta, S. L., Alencar, S. L. S., & Carignato, T. T. (2010). A elaboração coletiva do trauma: A clínica do traumático. In S. S. Scotti, R. D. B. L. Bergamaschi, B. Guimarães, R. F. S. V. Vargas, R. A. Stobbe, & A. Costa (Orgs.), *Escrita e Psicanálise II* (pp. 15-25). Curitiba, PR: CRV.

Submissão: 28/10/2020

Aceite: 06/06/2022